

Deslumbramento e bom-senso: Pequeno ensaio sobre a história e os direitos da criança e da família (*)

EDUARDO SÁ (**)

1.

Tenho dito que a escola nos permite aprender aquilo que já sabemos. Uma criança só acede à multiplicação, por exemplo, depois de adicionar a presença da mãe e a do pai ao seu mundo mais íntimo, e ao perceber, depois, que a presença dos dois dentro de si cria uma família interior, e tem um efeito multiplicativo no seu crescimento. Assim, a família traz-nos quem se multiplica de nós e em quem nos deixamos multiplicar. Talvez pela pluridade de relações e pelas controvérsias interiores que elas nos trazem ao conhecimento, as relações de uma família criem – inequivocamente – uma «universitas facultatum», nos abram para a universalidade permitindo a universalidade, anos depois, que aprendamos... aquilo que já soubermos.

O pensamento é, pois, sempre original, não

tanto pela originalidade de quem pensa mas pelo que de novo cada relação revela a um pensador. Sendo assim, e tomando a relação com o conhecimento como relação de pessoas que dão a conhecer quando se dão a conhecer, então – permitam a ousadia – talvez «crescei e multiplicai-vos» seja, partindo das consequências que as relações entre as pessoas trazem ao conhecimento, «multiplicai-vos... e crescei».

Quando se cresce cresce-se para alguém, e sentirmos que os outros são felizes porque crescemos deles, encanta, motiva, e deslumbra. Daí que sejamos todos mais ou menos crianças até sermos pais, porque talvez só aí o nosso egoísmo infantil se transforme numa competência para a divisibilidade, a que – por banal que pareça – poderemos chamar, simplesmente, bondade.

2.

A bondade dos pais no crescimento dos filhos «leva-os» a prepará-los para a sua ausência, através de um jogo universal de... cucu. Reparem que na relação entre a mãe o bebé, a presença é entrecortada, de uma forma lúdica, por uma

(*) Com o apoio das Dras. Eduarda Gardanha, Elizabete Pimpão, Raquel Guerra, Sandra Dinis, Sandra Martins, Sara Pimentel, Sátya Sousa, e Susana Vasconcelos.

(**) Universidade de Coimbra. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

fralda, por exemplo, levando a mãe a dizer: «não tatá a mamã!...». Logo, depois, a fralda cai, e devolve a presença da mãe, o que leva ao sorriso, divertido, do bebé. Quando a ausência da mãe é, assim, introduzida de uma forma lúdica, acaba por, a brincar, permitir que o bebé aprenda que da ausência surge o regresso, o que o leva, ao participar mais activamente neste jogo. Quando a mãe lhe diz «não tatá o bebé!» (e, agora, lhe coloca uma fralda sobre o seu rosto separando-o da mãe) ele, quase com complacência, sossega-a, e responde: «tatá!!!...». A seguir, é ele próprio que precipita a ausência e diz: «n-tá!...», e se tranquiliza ao entender que tudo aquilo é a brincar, menos quando um irmão lhe disputa o colo da mãe, vincando o bebé a sua presença dizendo «tá-tá!!!», impondo-se num gesto mais agressivo.

Quero, com tudo isto, dizer-vos que o crescimento da Humanidade – a exemplo do brincar entre a mãe e o bebé - talvez se possa perceber na relação entre a presença e a ausência, sendo dessa relação que ela se tem permitido, através dos tempos, aprender as crianças. Estamos hoje a descobrir os bebés, e a sondar o mundo relacional e o psiquismo dos fetos, mas percorremos uma longa aprendizagem até aqui.

3.

Até ao século IV, o infanticídio era comum, e não supunha uma condenação pública ou legal. As crianças eram acorrentadas e batidas, sendo objecto dos mais diversos abusos, tendo estas práticas sido vulgares por mais de dez séculos. Aliás, nesta altura, para Georges Duby, os comportamentos pederastas estariam associados a ritos de passagem para a idade adulta, tendo essa atitude sido mantida, por exemplo, em Atenas até ao século V. Todavia, e em rigor, somente no século XIII a criança é «descoberta» na sua individualidade, passando a integrar a iconografia artística, sendo ignorada a especificidade do seu vestuário, até ao século XIV, e estando – ainda assim – ausente das representações de cenas familiares, até ao século XV.

A Renascença introduz algumas alterações significativas na relação da Humanidade com as crianças, e a prática do abandono, comum no século XIV, é substituída por relações distanciadas

do meio familiar. Com o Renascimento, os bebés são deslocados, após o nascimento, para colocações em amas de leite, regressando com o desmame para que, mais tarde (pelos 7 anos), sejam enviados para salas de aula, de onde passavam para a aprendizagem de ofícios ou para conventos, no caso das raparigas.

No século XVII, a palavra infância estaria, segundo Ariés, ligada a um sentido menor, sendo dessa altura a noção de inocência infantil. Nesse período, segundo o mesmo autor, a noção de bebé caracterizaria as crianças em idade escolar, o que nos dará a dimensão da precariedade no conhecimento das crianças, que se traduziria na atribuição a crianças da incipiência mental que, alguns de nós, ainda hoje atribuirão aos bebés. Aliás, a ideia popular de que os bebés, ao nascer, não vêem, talvez surja daí, e represente uma forma dos pais falarem da sua cegueira em relação ao pensamento dos bebés, atribuindo-lha.

Até ao fim do século XVIII, as taxas de natalidade e de mortalidade são muito elevadas, sendo a contracepção interdita. A limitação voluntária dos nascimentos surge nas cidades e nas classes mais altas da sociedade, começando a generalizar-se na segunda metade do século XVIII, com o pressuposto de que um menor número de filhos tornaria os pais mais disponíveis para os educar. A partir do século XVIII, o casamento passa a ter subjacente a exigência de laços amorosos, e a família do século XIX assume a educação e a promoção dos filhos como o seu fim principal, começando – na Europa – a subir a idade média de casamento das mulheres.

Nos finais do século XIX, as mulheres sentem que a sua situação começa a melhorar progressivamente, apesar da mão-de-obra feminina ser discriminada. Para além disso, têm que conciliar o trabalho com a maternidade e a vida doméstica passando, a partir de 1909, a obter a garantia de reencontrar o seu posto de trabalho após o parto. As maternidades começam a funcionar entre 1860 e 1869 e, em 1913, a lei Strauss proíbe o emprego de mulheres durante um período de quatro semanas no pós-parto, concedendo às mais desfavorecidas um abono diário durante oito semanas, sendo o abono de família generalizado, nos anos 30.

Após a Segunda Grande Guerra, o impacto devastador da morte e a melhoria progressiva das condições socio-económicas são responsá-

veis pelo Baby-boom, que introduz grandes transformações na família, vindo a natalidade de novo a decrescer nos anos sessenta.

A relação da Humanidade com o conhecimento das crianças tem sido, pois, feita de omissões e de violências à integridade do seu mundo, mas tem – inequivocamente – representado um percurso de crescimento e de bom-senso.

4.

Hoje, é vulgar dizermos que o nosso é um tempo de mudança. Mas, no fundo, é a história que cria o tempo (o que, suponho, terá querido dizer Einstein quando afirmava que o tempo é uma ilusão obstinadamente persistente). Em função das mudanças, em todos os tempos terá surgido a consciência daquilo que nos vai distanciando do passado, e a dificuldade de imaginarmos que outros cresçam a partir do nosso crescimento. O deslumbramento foi trazendo uma leitura inquietante e céptica que cada geração faz da que se lhe segue, o que levará a que, alguns de entre nós, falem da geração dos nossos filhos como «geração rasca», que talvez seja uma forma pouco elaborada da velha versão, tão querida aos ditadores, «depois de mim, o dilúvio».

Talvez, então, possamos perante o deslumbramento do nosso crescimento imaginar o dos que crescem connosco, permitindo-nos colocar breves questões sobre a atmosfera que hoje todos nós cultivaremos da família.

Terão, hoje, as famílias menos tempo? Talvez não, se nos compararmos com os nossos antepassados, as suas condições sociais e económicas, as suas numerosas famílias, e os recursos que nos auxiliam nos mais diversos domínios da vida, e que eles não tiveram. A vida das pessoas hoje será mais agitada, não tanto porque trabalhem mais (o tempo de trabalho é, hoje, menor, as leis do trabalho mais protectoras...), nem porque as famílias, de tão numerosas, introduzam a precaridade nos tempos familiares porque, em verdade, escasseiam de forma gritante as oportunidades que as famílias se dão para pensar e para comunicar. Uma realidade social com democracia de oportunidades trará consigo deslumbramentos, e pode levar as famílias, no seu crescimento, a movimentos – quase infantis – de

subversão das relações íntimas a exigências vorazes de carreira ou de sucesso, levando os pais a caírem no logro de que os homens se medem aos palmos (sendo estes o estatuto, a posição social, o prestígio, avalizados pelo automóvel ou as últimas viagens, etc.), até ao momento em que, decerto, do deslumbramento despertar para o pesadelo de se darem conta das formas com que terão construído a sua própria solidão.

A Humanidade continuará a crescer. E, pelo impacto de cada despertar, os pais hão-de, progressivamente, permitir que o seu pensamento não fique obeso de relações fugazes que, ditatorialmente, os afastem das relações, íntimas, com o crescimento dos filhos e de todos os outros que lhes permitem crescer.

5.

Há tempos atrás, alguém confienciava quanto hoje pareceria «subversivo» ter-se filhos e, provavelmente ousando, dar-lhes – muito mais que o «mundo» – os pais para crescer. Queria ela falar – suponho eu – do quanto, às vezes, são tidos como chocantes, risíveis, ridículos ou, até, provocatórios gestos que possam ter a ver com a construção de laços, e de relações com ternura, com bondade, ou com amor que protejam o pensamento dos destroços e da erosão da dor.

Talvez se torne doloroso perguntar-mo-nos quanto de agitação e de angústia se «protege» por detrás do «perpétuo movimento» dos adultos, como se, ao contrário das crianças (que insistem em olhar para dentro de tudo – a ponto de procurarem, com generosidade, os «intestinos» dos brinquedos) nos fossem tornando, pelas formas como fugimos de pensar... as dores, como Tom Sawyer ao sair de casa, senhores das nossas dúvidas, senhores de nós... mas pequenos, todavia.

Quero, com isto, dizer-vos que também a psicologia pode, sendo assim – e com alguma precipitação – ser vista como «subversiva», ao servir para pensar, contrariando a aspiração mais ou menos juvenil de alguns sectores da humanidade (como em Tom Sawyer) de se ser grande por se sobreviver sem entender os outros quando, em verdade, talvez mais nada do que poder fazê-lo significará realmente crescer.

As crianças procuram sempre os olhos dos

pais para os verem para dentro, e esse direito ao... «olhai e vêde» talvez se distancie do olhar da técnica que, em muitas circunstâncias, poderá parecer uma super-visão de quem olha supostamente sem estar à vista ou sem ser visto.

Observar e ver é tão distinto como estar alerta ou ser atento e, assim, torna-se curioso que haja quem queira tanto, nas diversas ciências, demonstrar A Realidade a partir do seu conhecimento, quando a realidade mais inatingível – talvez de mais dolorosa – seja a que nos «entra pelos olhos dentro», a começar pela nossa. Afinal, difícil – na vida – não é a distância mas a espontaneidade.

6.

Talvez, então, em todos os momentos da História tenhamos sempre visto o mundo à altura dos nossos olhos, e nem sempre imaginássemos que outros – as crianças, por exemplo – o vissem de mais alto ou doutro ponto-de-vista que, em relação ao nosso, nos desse à luz.

A relação entre os pais e os filhos faz-se de gestos e, sendo assim, talvez os filhos tenham direito – na relação com os pais – a chorarem junto do seu conforto, a zangarem-se com eles, a brincar, e – só assim – ao *direito de aprender a pensar*. Então:

Todas as crianças nascem com o direito a uma família, sendo supostamente certo que uma família não é um pequeno grupo de pessoas com uma história comum que se converta em cumplicidades, mas os laços que entre elas se criam através de experiências de intimidade, irrepetíveis, inimitáveis, e inefáveis.

Sendo assim, *as crianças nascem com o direito a ser diferentes entre si*, e às famílias cabe a responsabilidade da discriminação e das diferenças.

As famílias têm o direito à proximidade. Numa família só haverá duas formas das pessoas de se manterem unidas: pelo laços que constroem e pelo medo que as separa.

As famílias têm o direito aos erros. Jamais uma família será presumível inocente, porque se presume que os desencontros nunca se façam de culpa formada.

As famílias têm o direito a solicitarem os excessos e a contrariarem os deveres.

Com mais ninguém do que com ela se poderá conviver com os excessos, indo além dos deveres (como regras que possam oprimir a espontaneidade... e a ternura).

As famílias têm o direito de desorganizarem o tempo das crianças.

É um equívoco achar-se que que vivemos depressa. Talvez o façamos como se cada dia quase parecesse o «1.º dia do resto da vida». E, sendo assim, a nossa vida não será medeada pela pressa mas por angústia, pelo modo como tornamos ruidoso o espaço do pensamento e o da família, temendo os silêncios que nos permitem viver os outros junto a nós, como se introduzíssemos sempre mais um ruído que nos afaste daqueles com quem aprendemos, e nos empurre para um pensamento obeso de informações mas longe do pensar.

As famílias têm o direito a alimentarem os medos das crianças.

Os medos ensinam-nos a conviver com o não. São os limites do «não», dos medos, que nos guardam a curiosidade e nos protegem de transformarmos a vida numa procura insaciável e ávida de limites. Parecer-vos-á banal mas os medos protegem-nos do desconhecido sem fim. E sempre que ousamos olhá-los revelamo-nos perante nós e a quem nos ame, deixando de ser tão desconhecidos de quem somos.

É impossível crescer sem regras ou limites, mesmo quando, em desespero de sensatez, os pais introduzem os limites num estalo que se dá. Quero dizer: a bondade constrói-se também quando, por vezes, chamamos as pequenas maldades para as relações (que, sem querermos, será uma forma de nos certificarmos que elas são vivas e que suportam a dor). Afinal, a coragem – dum ponto-de-vista emocional – não passará por não termos medos mas por podermos não fugir deles, crescendo quando ousamos conhecê-los.

As famílias têm o direito a todas as mentiras sempre que nos exigem a verdade, para além de tudo aquilo que lhes damos para ver. Será banal, mas mentir será proteger a verdade, talvez por ausência de condições para que com ela se conviva.

As famílias têm o direito a acarinharem os insucessos, e a perceberem que os bons alunos não tiram imperativamente boas notas, que é «perigoso» que as crianças brinquem menos do que

estudam, que a escola serve mais para aprender do que para estudar, e que o recreio será, na escola, tão importante como os livros.

As famílias têm o direito a ser felizes. Uma família feliz faz-se, então, sem muitas explicações, mas de respostas, de encontro a tudo o que parecendo subversivo tenha, simplesmente, a ver com sobressaltos, receios, surpresas ou paixões, com a construção de laços e de relações... sem deslumbramentos e com bom-senso.

RESUMO

O autor reflecte sobre alguns momentos-chave da história da criança, daí partindo para algumas reflexões acerca dos direitos da criança e da família.

Palavras-chave: História da criança, direitos da criança, direitos da família.

ABSTRACT

The author points out some «key-moments» in child history as a base to some reflexions on child and family rights.

Key words: Child history, child rights, family rights.

